

**LEI MUNICIPAL Nº. 3.454, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Constantina, para o exercício de 2016 no valor de R\$ 32.614.585,00 (trinta e dois milhões, seiscentos e quatorze mil e quinhentos e oitenta e cinco reais).**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONSTANTINA**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O orçamento fiscal do município de CONSTANTINA, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2016, estimada a Receita em R\$ 32.614.585,00 (trinta e dois milhões, seiscentos e quatorze mil e quinhentos e oitenta e cinco reais) e fixa a Despesa em R\$ 32.614.585,00 (trinta e dois milhões, seiscentos e quatorze mil e quinhentos e oitenta e cinco reais), discriminados anexos integrantes desta Lei. A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

**Art. 2º.** A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na

forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

<b>Consolidada RECEITAS.....</b>	<b>32.614.585,00</b>
RECEITAS CORRENTES.....	28.924.850,00
RECEITAS DE CAPITAL.....	365.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS...	3.324.735,00
<b>Total Geral.....</b>	<b>32.614.585,00</b>

**Art. 3º.** A Despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei, e as autarquias e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo.

#### **I - POR FUNÇÕES DE GOVERNO**

01 - Legislativa.....	1.193.700,00
04 - Administração.....	5.472.707,00
08 - Assistência Social.....	893.876,00
09 - Previdência Social.....	4.784.000,00
10 - Saúde.....	5.817.670,00
12 - Educação.....	7.778.266,50
13 - Cultura.....	87.213,00
14 - Direitos da Cidadania.....	140.097,00
15 - Urbanismo.....	977.770,00
16 - Habitação.....	33.950,00
18 - Gestão Ambiental.....	5.000,00
20 - Agricultura.....	1.044.264,00
24 - Comunicações.....	21.900,00
25 - Energia.....	5.476,00
26 - Transporte.....	3.863.843,00
27 - Desporto e Lazer.....	144.285,00
99 - Reserva de Contingência.....	350.567,50
Total geral.....	32.614.585,00

#### **II - POR SUBFUNÇÕES**

031 - Ação Legislativa.....	1.193.700,00
122 - Administração Geral.....	7.162.289,00
123 - Administração Financeira.....	25.000,00
126 - Tecnologia da Informatização.....	115.000,00
131 - Comunicação Social.....	21.900,00

243 - Assistência à Criança e ao Adolescente.....	136.101,00
244 - Assistência Comunitária.....	757.775,00
272 - Previdência do Regime Estatutário.....	4.784.000,00
301 - Atenção Básica.....	5.186.493,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial.....	606.587,00
305 - Vigilância Epidemiológica.....	164.687,00
306 - Alimentação e Nutrição.....	85.273,00
361 - Ensino Fundamental.....	6.479.891,50
364 - Ensino Superior.....	242.000,00
365 - Educação Infantil.....	627.202,00
367 - Educação Especial.....	316.000,00
392 - Difusão Cultural.....	109.213,00
451 - Infra-Estrutura Urbana.....	1.448.245,00
482 - Habitação Urbana.....	33.950,00
542 - Controle Ambiental.....	5.000,00
605 - Abastecimento.....	25.000,00
606 - Extensão Rural.....	373.475,00
661 - Promoção Industrial.....	88.480,00
692 - Comercialização.....	49.095,00
752 - Energia Elétrica.....	5.476,00
782 - Transporte Rodoviário.....	2.050.000,00
811 - Desporto de Rendimento.....	4.285,00
812 - Desporto Comunitário.....	140.000,00
813 - Lazer.....	27.900,00
999 - Reserva de Contingência.....	350.567,50
Total geral.....	32.614.585,00

### **III - POR PROGRAMA**

001 - EXECUÇÃO DA AÇÃO LEGISLATIVA.....	1.193.700,00
0008 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	2.495.646,00
0016 - ADMINISTRAÇÃO GOVERNAMENTAL.....	3.761.822,00
0021 - SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	21.900,00
0029 - ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL.....	20.805,00
0031 - PREV.SOCIAL A SERV.ATIVOS E INATIVOS E PENS.REG.EMAT.....	4.784.000,00
0032 - REGIONALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE.....	4.395.974,00
0033 - NORMATIZAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA VIG.SANIT.....	164.687,00
0059 - INCREMENTO À ATIVIDADE INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERV.....	88.480,00
0060 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO.....	40.000,00

0061 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO AO ESPORTE E LAZER.....	27.900,00
105 - ASSISTENCIA AO EDUCANDO.....	836.679,00
106 - ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA.....	10.950,00
107 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR.....	700.331,00
108 - ASSISTÊNCIA BÁSICA.....	1.414.419,00
0111 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.....	25.000,00
0112 - ACESSO.MANUT.E QUALIFICAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	7.963.195,50
0116 - ACESSO, MANUT. E QUALIFICAÇÃO DO ENSINO INFANTIL.....	147.020,00
0119 - DESENVOLVIMENTO CULTURAL.....	109.213,00
0120 - MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA.....	782.745,00
0122 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	15.000,00
0125 - AÇÕES MITIGADORAS DE IMPACTOS AMBIENTAIS.....	720.975,00
0141 - ASSISTENCIA E ACOMPANHAMENTO À PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR.....	323.000,00
0144 - ABAST. DE ÁGUA P/ CONSUMO E IRRIG. NA ÁREA RURAL.....	10.000,00
0147 - ELETRIFICAÇÃO RURAL.....	5.476,00
0149 - CONST. RESTAUR. E CONSERV. DE RODOVIAS, ESTRADAS E VIAS.....	2.050.000,00
0151 - MORAR BEM.....	33.950,00
0155 - INCLUSÃO DIGITAL.....	12.485,00
0157 - EXERCITAR É VIVER.....	4.380,00
0161 - PROGRAMA ATLETA CIDADÃO.....	4.285,00
9999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA.....	350.567,50
Total geral.....	32.614.585,00

#### **IV - POR CATEGORIA ECONÔMICA**

DESPESAS CORRENTES .....	7.877.665,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....	16.305.476,00
Juros e Encargos da Dívida.....	64.753,00
DESPESAS CORRENTES.....	27.877.665,50
OUTRAS DESPESAS CORRENTES.....	11.507.436,50
DESPESAS DE CAPITAL.....	1.785.714,00
INVESTIMENTOS.....	895.214,00
Inversões Financeiras.....	10.000,00
Amortização da Dívida.....	880.500,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA E RESERVA DO RPPS.....	2.951.205,50

RESERVA DE CONTIGÊNCIA E RESERVA DO RPPS.....	2.951.205,50
Total geral.....	32.614.585,00

#### **V - POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

11.00 - FUNDO DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR - RPPS.....	4.784.000,00
02.00 - GABINETE DO PREFEITO.....	590.750,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....	3.121.977,00
04.00 - SECRETARIA DE FAZENDA.....	1.624.500,00
05.00 - SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO.....	3.805.073,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO....	9.100.680,50
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA.....	1.022.264,00
08.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO....	135.480,00
09.00 - SECRETARIA DE SAUDE.....	5.351.180,00
10.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.....	791.725,00
12.00 - CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	121.101,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	15.000,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓG.....	606.587,00
16.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	350.567,50
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.....	1.193.700,00
Total geral.....	32.614.585,00

**Art. 4º.** Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

**§ 1º.** A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

**§ 2º.** Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

**§ 3º.** Não se efetivando, os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo (utilizados para a abertura de créditos adicionais que se fizerem necessários, desde que haja disponibilidade financeira para atender as correspondentes despesas), desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

**Art. 4º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar, por decreto, dotações de um elemento de despesa para outro, dentro do mesmo projeto, atividade, operação especial, sub-elementos, e/ou ainda dentro da mesma secretaria.

Parágrafo Único. Os remanejamentos realizados na forma do *caput* deste artigo não serão considerados para os efeitos do limite estabelecido no artigo 5º da presente lei.

**Art. 5º.** O Executivo está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 10% (dez por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das Entidades Gestoras (Prefeitura e Câmara), utilizando como fontes de recursos:

**I -** o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

**II -** a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

**III** - superávit financeiro do exercício anterior, de acordo com o recurso.

Parágrafo Único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

**Art. 6º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reabrir em 2016, os créditos adicionais especiais abertos no exercício de 2015, para aplicação de recursos de convênios, até o limite não utilizado dos recursos financeiros vinculados disponíveis.

**Art. 7º.** As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Parágrafo Único. Os saldos de recursos vinculados não utilizados no exercício de 2015, serão destinados à abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento de 2016, com a mesma finalidade, até o limite do saldo bancário disponível, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 8º.** Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 9º.** As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

**Art. 10.** Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

**Art. 11.** Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

**Art. 12.** Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus Órgãos da administração direta ou indireta.

**Art. 13.** Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se;  
Publique-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 22 de dezembro de 2015.

**Patrícia Rosa Zanella Doce**  
Coordenadora de Programas Especiais

**Leomar José Behm**  
Prefeito Municipal

Publicado em **22 de dezembro de 2015**,  
devendo permanecer afixado extrato de  
publicação no Mural de Publicações Oficiais  
no período de **22/12/2015 a 22/01/2016**.

**Patrícia Rosa Zanella Doce**  
Coordenadora de Programas Especiais